

Ana Carolina Barbosa Pereira

**A LEI ANTICRIME À LUZ DA
JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL
DOS DIREITOS HUMANOS**

INOVAÇÕES ARBITRÁRIAS E INCONVENCIONAIS A PARTIR
DOS PRECEDENTES DO SISTEMA INTERAMERICANO



**EDITORA
CEI**

2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE A JUSTIÇA CRIMINAL E OS DIREITOS HUMANOS	7
2. EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO DOMÉSTICA	13
2.1 Aspectos gerais	13
2.2 Compatibilização e vinculação dos tratados internacionais de direitos humanos com o ordenamento jurídico interno	21
2.3 Interpretação dos tratados de direitos humanos.....	35
2.4 Órgãos legitimados para o exercício do controle de convencionalidade no âmbito interno	44
2.4.1 As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania.....	48
3. LEI ANTICRIME: ARBITRARIEDADES E INCONVENCIONALIDADES À LUZ DOS PADRÕES INTERAMERICANOS	57
3.1 Código Penal: novo limite para as penas privativas de liberdade..	57
3.2 Código Penal: novas causas impeditivas da prescrição.....	65
3.3 Código de Processo Penal: defesa técnica na fase investigativa destinada a alguns sujeitos processuais.	71
3.4 Código de Processo Penal: prisão preventiva <i>ex lege</i>	79
3.5 Código de Processo Penal: prisão imediata de réu condenado no Tribunal do Júri ao cumprimento de pena igual ou superior a 15 anos..	86
3.6 Execução Penal: obrigatoriedade da identificação do perfil genético.....	100
3.7 Execução Penal: mais rigor ao Regime Disciplinar Diferenciado.	105
3.8 Execução Penal: vedação ao livramento condicional	112
3.9 Execução Penal: vedação às saídas temporárias.....	118
3.10 Lei das Organizações Criminosas: vedação a progressão de regime	123
4. NOVOS RETROCESSOS LEGISLATIVOS	127
4.1 Prisão preventiva obrigatória e sem necessidade de revisão periódica.....	128
4.2 O fim das audiências de custódia.....	132
4.3 A institucionalização da prisão em regime integralmente fechado.....	135
5. CONCLUSÃO	139

BIBLIOGRAFIA.....	141
--------------------------	------------